



ISSN 1984-5634

ARTIGO

**A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO PRÁTICA DE  
DESLOCAMENTO: CARTOGRAFANDO DURVAL  
MUNIZ, HISTORIADOR E ORIENTADOR**

*The writing of history as a practice of displacement: mapping  
Durval Muniz, historian and academic advisor*

**GABRIEL JOSÉ POCHAPSKI\***

**RESUMO**

Este texto de homenagem destaca a atuação de Durval Muniz de Albuquerque Júnior como historiador e orientador, buscando compreender o seu trabalho historiográfico como uma prática de deslocamento. Para esta tarefa, o texto opera o conceito de cartografia, visando apresentar como a dimensão do deslocamento se localiza na obra e na maneira de Durval Muniz orientar, e de que modo ela contribui para uma prática historiadora comprometida com a transformação do presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Teoria da História, Historiografia Brasileira.

**ABSTRACT**

This homage text highlights the work of Durval Muniz de Albuquerque Júnior as a historian and academic advisor to understand his historiographical craft as a practice of displacement. For this purpose, the text uses the concept of cartography, aiming to discuss how the dimension of displacement is situated in Durval Muniz's writings and advising work, and how it can contribute to a historian practice committed to the transformation of the present.

**KEYWORDS:** Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Theory of History, Brazilian Historiography.

“Não se representa, engendra-se e percorre-se”  
(DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 23).

Existem saberes que são estáticos, pois nascem para manter o mundo idêntico ao que sempre foi ou que se pensou ser. Já outros, por sua vez, são saberes que resultam do movimento, especialmente porque não visam encontrar uma estabilidade, mas sim afirmar a diferença. A partir deste olhar, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997, p. 07-97) distinguiram o que eles chamaram de “ciência régia” daquilo que seria uma “ciência nômade”. Perceber o tempo, o espaço e tudo o que constitui a vida de forma régia significa manter-se imóvel para valorizar somente aquilo que é permanente, legitimando preconceitos e formas empobrecidas de produzir subjetividades.

**EDITOR-CHEFE:**

Vicente da Silveira Detoni

**EDITORA-GERENTE:**

Renata dos Santos de Mattos

**SUBMETIDO:** 31.01.2023

**ACEITO:** 13.02.2023

**COMO CITAR:**

POCHAPSKI, G. J. A escrita da história como prática de deslocamento: cartografando Durval Muniz, historiador e orientador. *Aedos*, v. 15, n. 33, p. 45-57, jan.–jun., 2023.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

\* Doutorando em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com período na Université Paris VIII. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), membro do Groupe de Recherches sur les Archives Foucauldienes (GRAF) e pesquisador do IMEC/Centre Michel Foucault. ORCID iD: 0000-0002-8586-0565. E-mail: gabriel.pochapski@gmail.com

Ao contrário desta postura sedentária, que vive atada a uma mesma posição, uma “ciência nômade” não aceita existir para ser conformada no interior de um só território. Ela se recusa a ser regida por expressões como “fique aqui”, “sempre foi” ou “já estava lá”, termos que são típicos de quem aceitou que as coisas são simplesmente imóveis. Ao invés de repetir mais do mesmo, ao invés de afirmar que representa o mundo como ele foi ou como poderá ser, uma “ciência nômade” necessita engendrar e percorrer, isto é, inventar e se mover constantemente, fabricando caminhos para atravessar as instabilidades que não param de surgir, e como surgem.

É em meio a esta perspectiva nômade que podemos analisar a atuação de Durval Muniz de Albuquerque Júnior como historiador e orientador. Se vistas superficialmente, estas duas atividades podem parecer distintas, cada uma com demandas próprias que se apresentam tanto nas responsabilidades como nos objetivos que a prática de historiar e de orientar exigem, simultaneamente. Mas Durval Muniz atravessa os percursos nada lineares das duas atribuições desde a década de 1980, quando já orientava trabalhos em um dos *campus* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que posteriormente se tornou a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no mesmo período em que sua tese de doutorado, defendida na UNICAMP, em 1994, foi transformada no seu mais importante livro: *A Invenção do Nordeste e outras artes* (1999).

Nos anos seguintes, como sabemos, ao problematizar as convenções engessadas entre a arte e a ciência, entre o real e o discursivo, entre o natural e o sociocultural, sem abandonar a ética e o compromisso com o conhecimento, o interesse deste historiador pela Teoria da História, pelo gênero, pela história das identidades espaciais, entre outros campos, resultou em uma produção reconhecida no país e no exterior. Seus textos ultrapassaram os limites geográficos e disciplinares, instigaram ideias, nomadizaram para além das fronteiras da academia, enfim, ganharam vida nos palcos dos teatros, não só movimentando os corpos dos atores como também os olhos e a imaginação das plateias.<sup>1</sup> Esta mudança, no entanto, não deve ser vista de forma isolada, pois ela foi igualmente acompanhada pelo seu comprometimento com as novas gerações de historiadores e historiadoras, dentre os quais tenho a maior alegria em me incluir.

Encontrei Durval “nos textos” em 2012, no primeiro ano da formação em História, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), no Paraná, quando meu interesse por Michel Foucault me fez se deparar com um capítulo que o olhava como a Mona Lisa.<sup>2</sup> Fiquei impactado, li e reli o texto várias vezes. Em 2015, após formular um projeto de mestrado que buscava contrapor a história da violência nas matas de araucárias com o discurso intelectual do “Paraná europeu/civilizado”, durante as décadas de 1930 e 1950, decidi que era a hora de procurar aquele professor para aprender o que significava trabalhar *com* Foucault, desdobrando o seu pensamento para criar novas formas de fazer história, de conceber problemas e de interrogar um certo modo de compreender o passado. Aprovado na seleção, pude deixar o Paraná e seguir para os meus estudos no Rio Grande do Norte, vivendo uma cena universitária muito diferente daquela que se desenrolou a partir do golpe contra à Presidenta Dilma Rousseff – período de início de um desmonte intenso da educação e da ciência com a gestão

1 Me refiro à peça “A Invenção do Nordeste e Outras Artes”, encenada pelo Grupo Carmin, de Natal-RN, vencedora do Prêmio Shell de Melhor Dramaturgia e do Cesgranrio de Melhor Espetáculo, entre outros.

2 Trata-se do texto “Michel Foucault e a Mona Lisa ou como escrever a História com um sorriso nos lábios”, presente no livro “História. A arte de inventar o passado” (2007).

de Michel Temer, em 2016, e que atingiu o seu ápice no mandato de Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2022.<sup>3</sup> Fazer uma pesquisa sobre o Sul estando no Nordeste do Brasil modificou profundamente a minha vida. E foi precisamente lá, nos corredores da universidade, nas mesas dos cafés, nos almoços em seu apartamento, nos encontros de confraternização que pude observar como Durval Muniz parece entender que a sua vida de escritor, professor e pesquisador é inseparável de sua presença na trajetória dos numerosos estudantes que orientou e permanece orientando na Universidade Federal de Pernambuco (UFPB), na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Com uma capacidade de circular, de transpor divisões regionais e nacionais, de se agitar mesmo quando está parado, movimentando-se na geografia do seu pensamento para estancar aquilo que está próximo, até mesmo o chão em que pisa e o espaço que está ao seu redor, Durval Muniz anda, voa e navega por querer se afastar das versões oficiais, dos modelos consagrados e das memórias congeladas. Tal como um andarilho rebelde, ele percebe que o trabalho com o saber histórico demanda a ousadia de explorar outras estradas a partir das quais poderemos nos transformar, encontrando novas rotas para aquilo que já se apresenta como feito. Em suas palavras, que os historiadores se tornem “[...] alguém que segue na contracorrente da história sedimentada para fazer o conhecimento sobre o passado nomadizar” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 150).

Encarar as intolerâncias de uma sociedade como a nossa exige uma postura insubordinada frente aos tempos coagulados que ganharam força ao nosso redor. Por isso, talvez, este professor insista em indicar aos seus orientandos e leitores que o nosso ofício não é petrificado e sim movente, visto que lida com disputas e formas sempre provisórias que exigem uma alteração constante das peças, dos retalhos e fios coloridos a partir dos quais elaboramos nossas tramas sobre a temporalidade. Para este gesto, ele transforma as suas investigações e as pesquisas dos que estão sob a sua responsabilidade em uma operação de afastamento daquilo que é compreendido como próximo, pois sabe que a distância não significa um obstáculo. Se distanciar é se mexer, é tomar impulso para mudar de ângulo e poder lançar novas perguntas, é seguir em direção das bordas de um problema para poder ver melhor como se produziram os contornos históricos do que nos inquieta.

Quando aponto a mobilidade como um aspecto fundamental para Durval Muniz, não falo de uma fórmula pronta com uma explicação única, já estruturada, que podemos simplesmente mapear nos seus escritos. Ao contrário disso, o que pretendo fazer é cartografar algumas de suas formas de pensar e de agir que nos permitem visualizar como esta prática historiadora altera os espaços em que ele atua. Como nos lembra Suely Rolnik (1989, p. 15), uma cartografia se produz para acompanhar os movimentos de uma paisagem estética, afetiva, política, ou, no nosso caso, institucional. Diferente de um mapa e sua ênfase naquilo que é fixo, a cartografia pretende notar como surgem novas expressões, novos jeitos de ver e de dizer, novas formas de mudar um lugar e todos os que se localizam nele, incluindo o próprio cartógrafo, uma vez que ele também é parte integrante deste processo. Cartografar, portanto, é tentar dar conta dos cenários de criação que podem se abrir no interior de uma dada ordem, até mesmo naquela que conhecemos como a operação historiográfica (CERTEAU, 2000). Neste sentido, se existe uma dimensão móvel que aparece no pleno vigor intelectual de Durval Muniz,

3 A pesquisa de mestrado resultou na dissertação “Entre corpos e espaços: uma história da criminalidade nas matas de araucárias (Mallet-PR, 1931-1950)”, defendida em agosto de 2018, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

como pretendo argumentar neste texto, me parece que, ao cartografarmos como essa mobilidade se apresenta e se modifica em suas reflexões e em seu modo de orientar, poderemos obter aquilo que considero como um dos focos mais potentes do seu trabalho: o de conceber a escrita da história como uma prática radical de deslocamento.

A expressão pode parecer muito pretenciosa para alguns, ainda mais quando lembramos da fixidez que podemos ter ao lermos uma bibliografia, ao analisarmos um documento, ou mesmo ao passarmos as horas estáticos, redigindo um texto perante a tela do computador. Mas a noção de deslocamento que busco observar em Durval Muniz pode ser entendida como um uso da história para questionar radicalmente a atualidade, se apresentando como prática, ação e gesto crítico produzidos por alguém que não quer ver mais as coisas assim como elas estão. Esta postura, nomeada por Foucault (2005, p. 340) como uma “atitude”, não se expressa somente no interior das obras do historiador que homenageio, uma vez que ela se manifesta igualmente na sua relação com os outros que estão ao seu entorno. Repensar a história é também se endereçar a alguém para agitá-lo, para fazê-lo andar. É aqui que enfatizo o Durval Muniz orientador, aquele que faz uso da leitura, da escrita, da capacidade de escuta e de trabalho em conjunto para produzir deslocamentos que tentarei cartografar. Aos/às leitores/as, desejo uma boa caminhada.

## LER PARA SE MOVER

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, uma tarde de março de 2018. A silenciosa sala do encontro do grupo de pesquisa logo foi alterada pela agitação da novidade trazida pelo orientador: o livro *Estar vivo* (2015), do antropólogo Tim Ingold. A alegria tomou conta de todos naquele mesmo instante, só que os motivos não foram os mesmos. Para o orientador, a obra era fantástica porque mostrava como nós deixamos sinais no tempo a partir de coisas simples, como nos momentos em que notamos a ação do vento ou mesmo quando as nossas pegadas ficam gravadas no solo. Para os orientandos, em contrapartida, a descrição não deixava dúvidas de que a obra era muito interessante, como realmente é, mas o que nos contagiava ali era a alegria que vinha da reação do próprio orientador, tão empolgado por ler uma coisa ele que não havia pensado antes.

O entusiasmo de encontrar um livro novo, de se deparar com uma nova paisagem de ideias e perguntas, sinaliza uma relação de Durval Muniz com a leitura que não está apenas interessada em um olhar rápido para o conteúdo, copiando algo que é útil em um momento específico para depois esquecê-lo. Ao invés disso, o gesto de ler deste historiador se mostra como uma espécie de caminhada intensa pelo interior das páginas, se colocando entre as linhas e os parágrafos para notar que algo mudou, já que terminou o livro sabendo que não é mais o mesmo que quando o iniciou. Ora, foi justamente isto que ele experimentou na década de 1980, quando foi impactado pelos escritos de Foucault, este intelectual que misturava filosofia e investigação histórica para criar obras que eram um encontro das duas atividades em uma só prática.

Não há necessidade de me alongar nas circunstâncias em que esta leitura se deu. São diversas as entrevistas nas quais o próprio Durval descreve um contexto político agitado pelo final da Ditadura Militar e pela abertura democrática, bem como uma historiografia brasileira que se desenrolava a partir de uma interpretação cristalizada do marxismo, algo que se alterou a partir do contato com as

obras de Edward Palmer Thompson.<sup>4</sup> O que me interessa neste período instável, mas também muito atado a certos esquemas de interpretação histórica, é ressaltar que foi precisamente a experiência transformadora da leitura que o aproximou do olhar foucaultiano, como ele mesmo reconheceu ao afirmar: “a novidade de suas abordagens, de seus temas, sua escrita poética e arrebatadora, me abriu a possibilidade de pensar de um modo diferente do que fizera até então. Se pensar é modificar-se, como ele sempre ensinou, *lê-lo me fez ser outro, me fez nascer de novo*” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2021, s/p, grifo meu).

Ler, antes de tudo, é se fazer outro, é deslocar-se de si mesmo – atitude fundamental para quem anseia por uma historiografia que procura modificar. São nas obras de Foucault que Durval Muniz (2007, p. 101-198) indica encontrar a principal influência para esta ideia de transformação, ou, em outras palavras, para o deslocamento que a leitura de um texto pode promover, seja ele um livro recente ou um fragmento do passado que conseguiu chegar até nós. Todavia, também junto do filósofo francês, ele faz aparecer outras companhias para o seu caminho, figuras que entendem que a prática de ler pode confrontar nossos limites (BATAILLE, 2016); pode apresentar coisas que nos arrastam para fora de nós mesmos (BLANCHOT, 1987); ou que pode nos fazer ir além para ultrapassarmos aquilo que chamamos de realidade (LISPECTOR, 1998). Ler é como fazer uma espécie de passeio com alguém que era estranho e que, aos poucos, passou a povoar as nossas ideias, balançando os parágrafos dos nossos textos e a visão que temos sobre o que é a história. Isto não significa que a leitura deve ser entendida como um mero trabalho de juntar citações enormes sobre o outro e assim dizer que a ideia de um autor “está efetivamente lá”. Como Durval Muniz (2020, p. 154) constantemente recorda, cada leitura que fazemos é sempre única e incompleta pelo fato de “nós nunca conseguiremos ler um autor tal como ele queria, até porque somos outras pessoas, com outras experiências de vida e outras perguntas”.

É a singularidade de cada um que torna possível que um texto possa ser lido e utilizado de forma até então inédita, o que também quer dizer que não lemos um autor como meros receptáculos, como se partíssemos do nada, ou melhor, como se fôssemos um caminho vazio a ser simplesmente povoado pelas ideias do outro. O Foucault lido em Natal é completamente diferente do Foucault lido em Paris ou em Tóquio. O Marx de Thompson não é o mesmo Marx que o de Althusser. Nos Estados Unidos, Foucault não se encontra com Marx, enquanto isso, na França, alguns podem até imaginá-los andando de mãos dadas pelos becos do Marais. Ao ler, o caminhante mobiliza a sua trajetória e pode fazer encontros que lhe interessam, mas isso nem sempre pode dar um resultado coerente. Ele também pode se dar ao direito de mudar a rota ou fazer uma pausa para tentar entender como as ideias de autores e autoras funcionam. Na chama branda de uma fogueira, ele pode dissolver cuidadosamente uma obra para analisar o sabor dos seus conceitos, as informações que ela apresenta ou a sua concepção de história, tudo isso sem abrir mão da prudência para criticar quando certos usos produzem um “edifício em ruínas” ou reduzem um pensamento complexo a um triste “provedor de jargões acadêmicos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015).

Se a leitura é uma prática de deslocamento, ela necessita ser cuidadosa com aqueles que encontramos no transcorrer do percurso, pois a liberdade de ler alguém não pode ser confundida com o desleixo.

4 Ver as entrevistas “A História Cultural no Brasil: entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior” (2016), “La (re)invención de la historia: El trabajo de Durval Muniz, cuyo oficio es el arte de inventar el pasado” (2016) e “Corpo, acontecimento e diferença: Deleuze e Guattari e a historiografia. Uma entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior” (2020).

É preciso ler aqueles com quem concordamos e discordamos, algo que Durval sempre ensina ao reconhecer que ninguém está só, uma vez que os trajetos sempre exigem esse contato com o outro. Por vezes, é necessário fazer a leitura coletiva de um livro de 300 páginas para concluir que ele foi um belo exemplo de como não iríamos fazer história. Isto somente nos lembra que nem sempre a andança é agradável e que o nomadismo pode nos colocar nestas situações.

Ler é uma prática que pode ser cartografada porque é capaz de alterar a paisagem das nossas ideias, o conteúdo dos nossos textos, a interpretação que podemos ter sobre um documento ou sobre uma dada forma de proceder a pesquisa. Talvez tenha sido essa habilidade tão particular de ler o outro que me fez procurar Durval Muniz naquela seleção de mestrado, em 2015. Com ele aprendi e continuo aprendendo que ler é uma forma de endereçar nossas perguntas a alguém para poder compreendê-lo de uma nova maneira, conseguindo dar vocabulário para o vazio que aparece quando uma informação falta, quando a imaginação trava, quando a escrita falha e os argumentos são bloqueados. A sugestão para essas ocasiões é sempre imediata: “leia Clarice, querido”. A transformação de si a partir da leitura, tal como Durval Muniz parece propor e praticar, requer fôlego e paciência. Ela pode ser solitária ou se dar em conjunto, ela pode acontecer em uma sala virtual, mas também já se deu nas sextas-feiras à tarde, quando todos se reuniam para discutir o conteúdo de uma vastidão de cartas portuguesas ou mesmo um único e difícilíssimo parágrafo de Jacques Derrida. Ler é um gesto de abertura para novas percepções, é um movimento fundamental de quem quer subir uma duna para poder contemplar a imensidão do mar.

## OLHAR AO REDOR

Semelhante à leitura, uma historiografia que quer ser uma prática radical de deslocamento necessita exercitar frequentemente o olhar. Não se trata de usar um binóculo para ver o que será encontrado nos 5 quilômetros seguintes da rota, como também não se trata de fechar os olhos com medo das incertezas que poderão surgir no final da curva. Antes disso, o que aprendi nas orientações com Durval Muniz é que saber olhar é ter a possibilidade de se sensibilizar, de colocar as dúvidas como um motor para o estudo, de examinar como estão as coisas ao meu redor e, a partir disso, poder lançar um problema histórico que justifique a realização de uma pesquisa. Foucault (2006, p. 43-44) diz que é necessário “tornar visível o que é visível”, uma lição que este professor tenta executar em suas atividades para olhar aquilo que está tão próximo de nós, se mostrando tão aparente e naturalizado perante os nossos olhos e valores, que somos incapazes de conceber sua história.

Deslocar a visão, mudar o prisma, focalizar o visível, estes gestos mudam as nossas relações com o passado e cartografam o presente. Mas por que estudar isso? Qual problema historiográfico você quer colocar? Quais questões fazem parte da sua vida, do lugar de onde você vem, da posição que você ocupa no interior da sociedade que te mobilizam nesta pesquisa? É com perguntas como essas, feitas nas primeiras semanas de orientação, que Durval Muniz quer despertar um novo olhar. Este gesto me colocou muitas dúvidas, já que não bastava visualizar os processos criminais, os relatórios públicos, as ideias dos historiadores e outros intelectuais do período, as cartas de imigrantes e toda uma miríade de peças desconexas. Primeiramente, era necessário entender com que luzes eu focalizaria as inquietações do meu presente para um problema do passado. Como olhar uma documentação? Como atentar-se para os detalhes que ela possui? Como utilizá-la sem esquecer as estratégias que a produziram? A

prática de um olhar historiográfico que se desloca pode se resumir em uma pergunta aparentemente simples: como fazemos surgir o novo com coisas que são velhas?

Olhar é diferente de ver, pois exige uma mobilização das sensibilidades, dos afetos e da capacidade de análise daquele que olha. Se um historiador ou uma historiadora consultam uma fonte documental e não se alteram minimamente com a alegria ou com o sofrimento que está sendo descrito, com a desgraça ou com o júbilo da cena que está sendo interpretada por seus olhos, eles correm o risco de desprezar toda uma região de historicidade. Inserir a dimensão do olhar em nossa prática é sempre difícil, pois nos faz notar aquilo que é o mais indissociável entre nós e as figuras descritas em nossos documentos: a existência de um corpo. Os lugares em que eles estavam e os momentos incertos nos quais viveram, tudo isso nos lembra que os acontecimentos são sempre inseparáveis desta presença corpórea. É neste ponto que as orientações de Durval Muniz insistem tanto na importância de uma modificação do olhar, uma vez que considerar como irrelevantes o sensível, o instável, o afetivo e tantas outras forças que fazem parte do que somos, é também desprezar o próprio acontecimento, empobrecendo a percepção histórica e ignorando que as dinâmicas sociais, políticas e culturais são igualmente manifestações dos corpos no tempo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 39-56).

Do mesmo modo, não é novidade alguma que um único documento pode ser olhado de formas completamente diferentes por um mesmo indivíduo, assim como um viajante pode admirar uma variedade de cenas no seu itinerário, a depender da posição que ele ocupa durante o caminho. Mesmo quando olhamos para o conteúdo de um documento, ansiosos para analisarmos os discursos que o compõe, corremos o risco de deixar de lado uma variedade de inscrições do tempo que também são constitutivas daquele material. “Quanto de nós nos interrogamos que rede de significados aquele conjunto de materiais, de signos produz?”. Quanto de nós prestamos atenção nas marcações a lápis ou caneta feitos por algum leitor em dado material?” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 125). Ao olharmos para as letras de um papel, para os detalhes de uma cena pictórica ou cinematográfica, para as marcas nas arquiteturas, também necessitamos estar atentos às condições com que estes materiais chegam até nós. Se deparar com um cogumelo crescendo no interior de um processo-crime, notar as marcas de enchente sinalizadas em um relatório, ou visualizar a destruição nas paredes de um edifício que deveria ser protegido pelo patrimônio público, são situações que não estão separadas do nosso ofício e que nos permitem dizer muito sobre o que é nosso tempo.

Para mim, o traço mais interessante no destaque que Durval Muniz dá para o olhar se mostra no seu esforço em dizer que os objetos históricos que estudamos não são estáticos. Esta ênfase ocupa um lugar especial nas orientações, mas se manifesta com uma intensidade maior ainda nos seus textos, criando uma experiência imagética única naqueles que caminham entre as páginas das suas produções. Não é sem motivos que seus escritos são povoados por toda uma multidão de seres moventes que atravessam o trajeto: tecelões, caçadores de bruxas, lagartas que viram borboletas, jogadores de futebol, leques que balançam, cabras machos e seus falos inventados, entre muitos outros. Do mesmo modo que estas figuras se deslocam, os objetos que o historiador-caminhante analisa também são deslocáveis, já que são efeitos de um período específico, foram pensados a partir de categorias que emergiram em uma determinada época. Por vezes, eles podem até se sedimentar, aparentando que são objetos fixos, mas isso não anula a ação do tempo que pode fazê-los ganhar outras formas, nomes ou mesmo se desvanecer, como, na beira da estrada, um rosto de poeira. É neste empenho de nos

fazer olhar diferentemente para os objetos históricos que do desmonte da noção de região, “objeto em fuga”, surgem lesmas pantaneiras que traçam caminhos úmidos e brilhantes; do questionamento das identidades de gênero, aparecem os nada discretos “escritos saídos do armário”; da problematização do folclore, quem ganha a cena é a “feira dos mitos”, espaço agitado pela gritaria dos vendedores e pelas andanças dos clientes; da construção da ideia de cultura popular, é o cortejo quem assume a função de movimentar e anunciar o seu caráter provisório, levando “o morto vestido para um ato inaugural”.

Quando elenco todas estas experiências visuais que transformam o nosso olhar para os documentos e objetos históricos, torna-se preciso dizer que a maioria destas operações terá como ponto final um único destino: o texto. É para este espaço sempre aberto às alterações, um território cartografável por excelência, que rumam os caminhantes de diferentes idades e interesses com o intuito de finalizar os seus trabalhos de conclusão de curso, suas dissertações ou teses. Mais do que em outras ocasiões, são nos momentos em que os estudantes compartilham os seus textos com o orientador que a história como prática de deslocamento se mostra um gesto endereçado ao outro.

## REPENSAR O TEXTO COM O OUTRO

“Querido, o processo descreve as estradas cheias de pessoas, mas por que elas não estão no texto? É preciso mostrar”. Meses depois. “O capítulo das estradas está muito interessante”. Enviar a primeira versão de um capítulo para o orientador é sempre um ato de coragem. O retorno é mais do que uma cartografia, é um belo rizoma de riscos vermelhos e amarelos, repletos de pontos de interrogação e de exclamação. A cena pode parecer impactante no primeiro momento, pode até despertar a vontade de virar um nômade: sair andando de lá para não voltar. Mas passado o primeiro susto, o que surge é um impressionante trabalho de leitura e de crítica, com sugestões detalhadas e correções que aparecem em cada parágrafo, mostrando como o texto pode se tornar mais rico, como alguns aspectos podem ser melhor aproveitados ou como algumas coisas ajudam mais se retiradas.

É no espaço da escrita que nos constituímos historiadores e historiadoras, e é neste território instável que as investigações de meses vão se acomodar para a produção das cenas e dos sentidos, para a explicação dos temas e dos problemas. Durval Muniz é alguém extremamente preocupado com a dimensão narrativa da pesquisa dos seus orientandos, sugerindo maneiras de produzir as frases, de organizar a distribuição dos parágrafos, de fugir do hermetismo que impede o historiador de fazer o que supostamente, desde Heródoto, ele diz que faz: narrar uma história. Preencher uma página com uma vastidão de informações, tabelas e citações não é narrar, não é tentar mostrar o desenrolar de um acontecimento, a elaboração de um espaço, as coisas que os indivíduos faziam ali, enfim, os corpos e os fragmentos das vidas de uma época que se iluminam nos documentos e logo desaparecem no vazio.

Como Certeau (1998, p. 201-221), Durval Muniz tem plena consciência de que somos parte de uma “economia escriturística”, de um saber que organiza e delimita as convenções a partir das quais se pode falar ou reiterar o silêncio. Ao escrevermos sozinhos, nós nos damos conta de como o nosso trabalho de escrita está envolvido nesta dimensão do poder, mas nem sempre somos capazes de questionar a economia escriturística que rege nossos textos. Por isso, repensar a escrita de uma dissertação ou de uma tese não é e não deve ser um trabalho solitário. Me encantou ouvir Durval dizer que um texto que resulta de um trabalho de orientação nunca é individual, é sempre uma operação de várias mãos que

deslocam a narrativa e o problema que ela pretende explorar. Mais do que ninguém, é o orientador quem cartografa a paisagem dos capítulos que elaboramos, é ele que nos lembra de convidar quem pode estar faltando naquela festa, seja um autor, uma personagem das fontes, uma cena relevante que foi deixada de lado. Este gesto que ele direciona para o texto do outro pode ser fundamental, pois quando um convidado definitivamente chega, surge a possibilidade de um novo tópico, de novo trecho ou mesmo de um capítulo inteiro, como consegui redigir a partir dos crimes que aconteciam nas estradas.

Se o texto é o nosso canteiro de trabalho, nem todos os que caminham até lá conseguem trabalhar facilmente. “Só se aprende a escrever história escrevendo, praticando, agindo por ensaio e erro, abusando da repetição, buscando o adestramento necessário, elaborando várias versões do mesmo texto, corrigindo-o, rasurando-o, escrevendo versões sucessivas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 34). Escrever é experimentar, é se organizar, é estar aberto aos comentários e sugestões, é repetir até que se possa fazer surgir a diferença. Cartografar um texto é apontar limites e ressaltar potenciais, é não querer exigir que os seus orientandos o citem para supostamente legitimar as suas ideias ou reafirmar suas teses, é não desejar destruir a singularidade do outro. Neste sentido, lembro do meu estranhamento ao ver a exigência do orientador para que eu me colocasse no texto, especialmente na introdução, justificando os motivos que me mobilizaram a desenvolver aquele trabalho.

Repensar um texto com o outro pode nos colocar questões que são basilares para a narrativa histórica: até que ponto a linguagem com que narramos o passado pode ser um instrumento de transformação ou de subjugação? Se a tomada e a inscrição de uma palavra nunca são naturais, se as possibilidades de se expressar e de se fazer entender nunca são dadas, o texto, ele mesmo, pode se tornar um campo de exercício da intimidação, da tristeza e, para muitos, infelizmente, dos traumas. Ter a liberdade de escrever, ainda que errando, é algo que aprendi nas dezenas de devolutivas dos capítulos. Assim como Durval Muniz ressalta que a dimensão estética da história é também científica, a prática de deslocamento que marca as idas e vindas de cada versão do texto indicam como é político o ato de escrever. Afinal, o que se passa quando se inventa algo novo? O que significa inventar o passado escrevendo de uma maneira que nunca foi escrita antes? O que é construir uma cena usando recursos narrativos até então pouco frequentes? Essa dimensão política e estética da invenção questiona os nossos limites enquanto historiadores e historiadoras. Não se trata de redigirmos algo tão bizarro para que o orientador possa ter um colapso diante do absurdo que salta aos seus olhos. Não é isso, definitivamente.

Repensar o texto com o outro, tal como entendo, tal como imagino, é tentar trabalhar com um reservatório de significados que a nossa linguagem dispõe, que as nossas fontes documentais tornam possível evocar, que as nossas bibliografias nos permitem produzir. É dali, dessas peças dispostas, dessas palavras que aparecem nos documentos, que se encontra o maior desafio. Cartografar o texto do outro para convidá-lo a repensar é também travar uma conversa paralela, visto que surge o “não entendi”, o “interessante”, o “gostei”, expressões que são importantes para o desenvolvimento do texto e daquele que o escreveu. Nestes diálogos paralelos, podemos notar a nossa própria mudança e, mesmo após anos do término da orientação, sentirmos saudade destes trechos que poderiam até parecer a “conversa infinita” de que fala Blanchot (2010), mas ela tem um fim quando surge o “terminou, querido”. De todos esses fragmentos repletos de sugestões, não posso me esquecer de assinalar os inaudíveis “kkkkkkkkkkkkkkkk”, pois eles modificam tanto a paisagem textual como a subjetividade daquele que o lê, sinalizando que seriedade não é sinônimo de tristeza e cara fechada. O riso é um sinal de amizade, um importante símbolo da presença.

## DESLOCAR É TAMBÉM ESTAR PRESENTE

Na organização institucional, sabemos que a função do orientador é supervisionar as pesquisas, o seu andamento, o respeito dos prazos e suas etapas específicas. No entanto, embebido de toda a minha inexperiência, mas tentando expressar o que vivi nestes poucos anos de formação no mundo acadêmico, ousou dizer que o que cimenta as relações entre o orientador e orientando talvez seja a capacidade de ambos caminharem juntos, algo que só se faz a partir da presença. Durval Muniz pode estar em Natal, Recife, Londres ou Lisboa, mas, ainda assim, consegue se fazer presente. As correções detalhadas, os comentários, as críticas e os elogios sempre aparecem, independentemente do lugar em que eles tenham sido escritos. De um jeito ou de outro, a revisão bombástica sempre volta.

Em algumas entrevistas, Durval reconhece que orienta trabalhos de alunos que se sentiam deslocados, que não se localizavam no interior das nossas “grades disciplinares”, pois trabalhavam com temas nem sempre considerados relevantes, muitas vezes tratados como “uma perfumaria”. É junto das incertezas e das inseguranças desses estudantes que o deslocamento como presença se torna imprescindível para que a autonomia nasça, para que o orientando aprenda a atuar, a corrigir os seus próprios erros e a pensar sobre o lugar do seu tema no mundo acadêmico. É óbvio que os dois não caminham na mesma velocidade, mas o saber histórico se torna uma prática modificadora quando o orientador reúne seus estudantes e pede para que cada um comente o trecho do texto que acabou de ler. “Você concorda com o autor? Você discorda dele?": andar é tentar formular argumentos, é tentar usar os próprios pés para se posicionar, sem ter medo ou vergonha do que pode acontecer. Um saber histórico pautado pela mobilidade exige que a competência também seja um trabalho de amizade: “o que torna o amigo indispensável não são só os elogios que nos faz, mas as críticas, os reparos, as broncas amorosas que pode fazer, é a fala carinhosa que retifica e corrige, que nos faz pensar, que nos faz rever nossas certezas e relativizar nossas verdades” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 14).

Orientar é agir com prudência, mas é também ensinar a gargalhar diante do absurdo. Foucault aprendeu com Nietzsche que a história é útil para rir das cerimônias de origem. Este exercício foi levado muito a sério por Durval, pois sua presença nos encontros, aulas, reuniões e conversas nos ensina a rir e a ironizar a naturalização dos regionalismos e seus preconceitos; a rir dos discursos cristalizados, das essências e verdades tidas como imutáveis em nosso país; a rir e a questionar as tentativas de dizer que a masculinidade e a feminilidade são dados prontos e inatos; a rir e a combater as normatizações de gênero que afetam homossexuais, mulheres e outras minorias na vida acadêmica e em toda a nossa sociedade.

Com um sorriso no rosto, Durval também lembra que orientar, mais do que moldar ou conduzir alguém por uma rota, é desorientar, é saber lançar perguntas, é estimular a procura por outras estradas diante das certezas que se mostravam tão petrificadas, cartografando um novo horizonte de dúvidas. Ser um orientador que se desloca e que, ao mesmo tempo, se faz presente é não exigir uma fidelidade teórica dos seus orientandos, é não querer restringir os alunos aos seus temas de interesse, é não tentar fazer da existência do outro um reflexo da sua. Deste modo, Durval Muniz é enfático ao não procurar angariar discípulos, ao não desejar que alguém renegue a sua singularidade para tornar-se um escudeiro da sua voz. O que ele quer, assim como a ideia de deslocamento que atravessa seus textos e sua forma de orientar, é fazer ver a diferença, notando que um novo caminho foi aberto. Por isso sua insistência

em um ensino, em uma prática docente e acadêmica que não forme, e sim deforme: “o professor de história é um deslocador e, nisso, é um educador; ele desloca os alunos de suas temporalidades para que, através da experimentação de outros tempos, eles possam retornar a seus tempos transformados” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 219).

## **CONCLUSÃO: UMA CARTOGRAFIA ABERTA**

Nossa caminhada chegou ao fim. Fruto de andanças realizadas entre os anos de 2016 e 2018, as mudanças cartografadas neste texto não significam uma versão definitiva, fechada e fixa do trabalho de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Em meio a um grande número de orientandos e ex-orientandos, em meio aos múltiplos Durvais que existem e podem existir, o que pretendi fazer aqui foi produzir um texto de homenagem para destacar a atuação deste intelectual a partir da singularidade de um olhar. É no interior da gratidão pelo seu trabalho de historiador e orientador que tentei apresentar uma concepção de história que me parece atravessar estas duas atividades: a história como prática de deslocamento.

Em formas de escrever, de ler, de se fazer participativo, procurei apresentar uma prática que se dirige ao outro, uma história que se endereça a alguém, pois quer se inserir nas fraturas da nossa atualidade tão instável para movimentá-la. Não que a historiografia possa ser uma solução para tudo – sabemos que ela não é. Não que ela sirva para curar – sabemos amargamente que ela não serve. Não que ela faça justiça – pois também sabemos que ela não é tribunal! A história como prática de deslocamento talvez nos ajude a fazer outro tipo de coisa: afrontar o presente para que possamos sonhar com outros tempos.

Esta cartografia permanece aberta, pois não sabemos para onde vai o pensamento e o trabalho de Durval Muniz. Antes disso, é preciso ter efetivamente um destino? Alguém nasceu predestinado? Como tudo, a história como prática de deslocamento pode mudar, sua radicalidade pode se tornar algo com novos contornos, talvez sumir, não tenho respostas. Mas, no instante em que escrevo este texto, tento pensá-la como um gesto crítico que se insere na historiografia para instaurar outros olhares, interrogações e indocilidades no nosso ofício. Do mesmo modo, os efeitos desta prática de deslocamento podem aparecer nas relações entre orientadores e orientandos; no reforço da amizade entre colegas, sobretudo quando as universidades se tornam o palco da competitividade neoliberal; na maneira com que podemos desmontar preconceitos e desigualdades, abrindo novos horizontes de ação política. Esta prática, portanto, não visa um deslocamento para o futuro e sim uma história que desloque o próprio possível: o aqui e o agora. Um deslocamento à flor do texto, à flor das leituras, à flor do mundo, enfim, um deslocamento que nos faça questionar os motivos que nos mobilizam a ainda estarmos aqui, apesar de tudo, mesmo depois de tudo.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Invenção de mim. In: SANTOS, Wagner Geminiano dos (org.). *Durval Muniz de Albuquerque Jr.: a arte de inventar-se historiador nas tessituras da escrita da história*. Vitória: Editora Milfontes/Kindle, 2021. s/p.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Edifício em construção ou em ruínas: os usos e abusos do pensamento de Michel Foucault na contemporaneidade. In: SOUZA, Cátia Menezes de; PAIXÃO, Humberto Pires da (org.). *Dispositivos de saber/poder em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2015, p. 209-221.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, v. 10, n. 17, p.55-67, janeiro/junho, 2008. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/62/72>>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de Teoria da História*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- BATAILLE, Georges. *A Experiência Interior*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BLANCHOT, Maurice. *O Espaço Literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BLANCHOT, Maurice. *A Conversa Infinita: a ausência do livro*. São Paulo: Escuta, 2010.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. São Paulo, Editora 34, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos I - Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 335-351.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 40-58.
- INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- POCHAPSKI, Gabriel José. *Entre corpos e espaços: uma história da criminalidade nas matas de araucárias (Mallet-PR, 1931-1950)*. 442 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25990>>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- POCHAPSKI, Gabriel José; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Corpo, acontecimento e diferença: Deleuze e Guattari e a historiografia. Uma entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior. *História Unisinos*, v. 24, n. 1, p. 149-156, Janeiro/Abril 2020. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.241.13>>. Acesso em: 08 set. 2022.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SOARES, Fagno da Silva; SILVEIRA, Cid Morais. La (re)invención de la historia: El trabajo de Durval Muniz, cuyo oficio es el arte de inventar el pasado. *História Unisinos*, v. 20, n. 3, p. 398-410, Setembro/Dezembro, 2016. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2016.203.14>>. Acesso em: 13 set. 2022.

SOCHODOLAK, Hélio; PIETTA, Gerson; LIMA, Wallas Jefferson de. A História Cultural no Brasil: entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior. *TEL: Tempo, Espaço Linguagem*, v. 7, n. 1, p. 09-33, 2016. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/download/7106/6037>>. Acesso em: 13 set. 2022.